

AS NOVAS TECNOLOGIAS: O DIREITO E OS DESAFIOS

Autor(res)

Habib Ribeiro David
Elvis Da Silva Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O avanço das novas tecnologias trouxe profundas transformações para a sociedade contemporânea, afetando não apenas as relações interpessoais, mas também o modo como o Direito se estrutura e atua. A popularização da internet, o uso de inteligência artificial, blockchain, big data e outras inovações criaram novas demandas jurídicas e ampliaram os desafios tradicionais da legislação, da doutrina e da jurisprudência. Questões como a proteção de dados pessoais, crimes cibernéticos, responsabilidade por atos de robôs e a regulação de plataformas digitais passaram a ocupar espaço central nas discussões jurídicas. Diante desse contexto, o Direito precisa se reinventar, atualizando seus institutos para acompanhar as rápidas mudanças sociais e tecnológicas, preservando, ao mesmo tempo, os direitos fundamentais e o equilíbrio das relações jurídicas em um cenário globalizado e digital.

Objetivo

Analisar os impactos das novas tecnologias sobre o Direito, identificando os principais desafios e refletindo sobre a necessidade de adaptação legislativa, doutrinária e jurisprudencial para garantir a efetividade dos direitos no ambiente digital.

Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes livros, artigos científicos, legislações atualizadas e decisões judiciais relacionadas ao Direito Digital e às novas tecnologias. Foram analisados dispositivos como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), além de obras doutrinárias de autores de referência no tema. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, buscando compreender a influência das inovações tecnológicas no ordenamento jurídico brasileiro e internacional, e refletir sobre a adequação normativa diante dos desafios impostos pela evolução tecnológica acelerada.

Resultados e Discussão

A pesquisa demonstrou que as novas tecnologias têm exigido do Direito uma adaptação constante para garantir a efetiva proteção dos direitos individuais e coletivos no ambiente digital. Embora avanços legislativos tenham sido alcançados, como a criação da LGPD e a incorporação de princípios digitais no ordenamento, ainda existem lacunas e incertezas jurídicas diante da complexidade dos fenômenos tecnológicos. A inteligência artificial, por

exemplo, levanta questões sobre autoria e responsabilidade; enquanto a internet das coisas expande o conceito de privacidade. Além disso, a rapidez das mudanças tecnológicas contrasta com a morosidade do processo legislativo, exigindo que operadores do Direito interpretem as normas de forma dinâmica e criativa, valendo-se de princípios constitucionais como dignidade da pessoa humana, segurança jurídica e proporcionalidade.

Conclusão

As novas tecnologias desafiam o Direito a abandonar paradigmas tradicionais e a buscar respostas inovadoras para problemas inéditos. O acompanhamento das mudanças tecnológicas não pode se limitar à criação de novas leis, mas exige também a adaptação interpretativa dos institutos jurídicos existentes. Assim, é essencial capacitar os profissionais do Direito para atuarem de maneira crítica e proativa, garantindo a proteção dos direitos fundamentais no cenário da transformação digital.

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- FARIA, José Eduardo. Novas tecnologias e transformação do Direito. São Paulo: Malheiros, 2000.
- LIMA, Francisco Valente. Direito Digital: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2019.